

Solução deverá ser tradicional

São Paulo - As negociações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ainda deverão terminar em um acordo tradicional, com um valor definido de direito de saque para o Brasil e com missão do Fundo acompanhando a economia brasileira. Essa é a opinião do ex-ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que diz que há uma "alta probabilidade" de que isso ocorra.

Em 1988, Maílson negociou um acordo do País com o FMI, envolvendo US\$ 2 bilhões. De acordo com a avaliação do ex-ministro, os pontos básicos do acordo já foram negociados e

estão definidos no comunicado conjunto do Brasil e FMI. Ele refere-se à obtenção de um superávit primário no setor público consolidado da ordem de 2,5% a 3,0% do PIB em 1999, além da manutenção do regime cambial vigente, da não-imposição de qualquer controle sobre saída de capitais e pagamento integral da dívida externa e interna, além do esforço para aprovação das reformas estruturais.

"Agora faltam os detalhes", ponderou Maílson. "E esta negociação deve resultar em acordo cujo ritual é igual ao dos outros já negociados

pelo País", acrescentou. Maílson acredita que o detalhamento do acordo vai implicar em apresentação do mesmo à diretoria da instituição e em definição de um montante de saque ao qual o Brasil terá direito, com participação de outras fontes de financiamento.

Embora Maílson estime uma negociação com final semelhante aos outros acordos - direito de saque definido e missão de acompanhamento, ele também vê diferenças entre a situação atual e as demais ocasiões em que o País recorreu ao FMI.